



ARTIGOS E ENSAIOS

Considerações sobre a movimentação popular no Vale do Mucuri a partir de 1980 e sua articulação com a formação histórica desse território

The popular social movements in the Vale do Mucuri that started in 1980 and its role in the historical formation of the region

Ricardo Silvestre da Silva¹

orcid.org/0000-0002-6548-948X
ricardosmg@ufvjm.edu.br

Recebido em: 16 nov. 2024.

Aprovado em: 1 set. 2025.

Publicado em: 15 dez. 2025.

Resumo: A discussão sobre os movimentos sociais no Vale do Mucuri, localizado no nordeste de Minas Gerais, a partir do final do século XX, tem forte articulação com a formação social, política e econômica desse território, marcado por um desenvolvimento em que interesses estrangeiros sempre predominaram sobre as demandas locais. O resultado desse processo foi uma terra marcada por profundas desigualdades sociais e grande acumulação de riqueza, produzindo a partir de 1980 uma forte movimentação social em torno dos interesses populares. Assim, pretende-se travar uma discussão sobre os movimentos sociais populares no Mucuri e sua importância para os trabalhadores rurais e urbanos, considerando o caldo cultural e político-social que se forma nesse território com desenvolvimento desigual e subalterno, determinante para essa movimentação social que possui articulações com a cena contemporânea. Neste sentido, temos a pretensão de oferecer uma reflexão sobre as determinações que atravessam a região, podendo contribuir com o fortalecimento das lutas cotidianas dos movimentos sociais urbanos e rurais desse território onde constroem sua história.

Palavras-chave: Estado; movimentos sociais; Vales do Mucuri e Jequitinhonha; cultura política; UFVJM.

Abstract: The discussion about social movements in Vale do Mucuri, located in the northeast of Minas Gerais, from the end of the 20th century, has a strong connection with the social, political and economic formation of this territory, marked by a development in which foreign interests have always predominated. about local demands. The result of this process was a land marked by profound social inequalities and great accumulation of wealth, producing from 1980 onwards a strong social movement around popular interests. Thus, we intend to hold a discussion about popular social movements in Mucuri and their importance for rural and urban workers, considering the cultural and political-social broth that is formed in this territory with unequal and subordinate development, being decisive for this social movement. which has connections with the contemporary scene. In this sense, we intend to offer a reflection on these determinations that cross this region, being able to contribute to strengthening the daily struggles of urban and rural social movements in this territory where they build their history.

Keywords: State; Social Movements; Vales do Mucuri and Jequitinhonha; Political Culture; UFVJM.

Introdução

A região de Minas Gerais onde localiza-se o Vale do Mucuri é solo fértil de inúmeras expressões culturais e grande movimentação política, protagonizada por vários movimentos sociais desde a década de 1980,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Teófilo Otoni, Minas Gerais, Brasil.

com relevância social e política na direção da luta em favor dos direitos das classes trabalhadoras urbanas e rurais.

Nessa direção, a reflexão que segue refere-se a um esforço crítico para conhecer a história recente dos movimentos sociais populares presentes na região, que tiveram grande influência política local, regional e até nacional a partir do último ciclo do século passado. Nossa pretensão é contribuir com o debate sobre esta temática oferecendo reflexão sobre a sua importância política e cultural, seus equívocos e a relação com as lutas travadas pelo conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos da região.

Devemos destacar que a escolha territorial do Mucuri deve-se ao fato de que a influência desses movimentos sociais não se restringiu apenas a uma cidade, mas esteve presente em vários locais da região a partir do município de Teófilo Otoni. Além disso, deve ser compromisso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), presente nesse território desde 2006, contribuir com a construção de conhecimento sobre a região que possua relação com as camadas populares desse território.

É importante ressaltar, também, que essa movimentação social local se articula com o desenvolvimento histórico nacional ocorrido a partir da década de 1980, por exemplo, o processo de redemocratização brasileira, a emergência do Partido dos Trabalhadores como força política, a luta pela consolidação de direitos sociais e trabalhistas, a articulação da sociedade em torno da Constituição de 1988. Nesse sentido, percebemos uma profunda e politizada movimentação social a partir dos movimentos sociais regionais, articulados à classe trabalhadora e suas demandas por direitos e liberdade, além de ser atravessado por uma forte crítica ao modelo político-econômico estatal, que durante os anos 1980 possuía ainda fortes vínculos com a herança ditatorial.

Essa questão torna-se interessante à medida que a região é historicamente marcada por um

pensamento político extremamente conservador e tradicional² e produz uma elite política que se afasta dos interesses populares – o que não é privilégio da região do Mucuri, pois essa é característica do estado de Minas Gerais e do Brasil de uma forma geral. Contudo, esse território é campo fértil para o crescimento de movimentos sociais profundamente críticos, que assumem vanguardismo e protagonismo político.

O nosso interesse estará centrado na fertilidade presente na movimentação social que emerge na região do Mucuri, bem como em seus desdobramentos no que se refere à organização popular e politização dos protagonistas políticos presentes nesse contexto. Procuraremos, deste modo, apresentar algumas questões para o debate sobre o processo de constituição e fortalecimento dos movimentos sociais nessa região e sua articulação com a dinâmica estatal, ou seja, a relação entre o Estado e a sociedade civil, e também como se expressou a luta de classe nesse período. Este debate torna-se relevante para a compreensão do atual quadro político e sua movimentação social, em que se observam imobilismo, posturas moderadas e conciliatórias, paralisia social e uma perigosa aproximação de perspectivas ultraconservadoras em desfavor da articulação política articulada aos interesses de grupos populares e das massas de trabalhadores.

O debate que segue está organizado a partir de uma problematização sobre a formação histórica, social, econômica e política do Mucuri, pois compreendemos que os movimentos sociais emergentes no final do século XX guardam estreita relação com esse processo, sendo o mesmo polo fértil para produção de movimentação política progressista. Deste modo, esperamos oferecer contribuição para a discussão sobre os movimentos sociais populares existentes no Vale do Mucuri, que possa ao mesmo tempo servir para o fortalecimento desses grupos e seu protagonismo no cenário social.

Cabe destacar que não pretendemos neste es-

² O tradicionalismo político não é uma exclusividade de Minas Gerais, mas temos aqui uma cultura política extremamente fundada na herança colonial, ligada aos interesses das elites oligárquicas agrárias, que sempre representaram um obstáculo à emancipação das classes populares e empobrecidas. Sobre a presença do tradicionalismo político na vida política brasileira, ver Leal (1997); sobre o processo de formação econômica social de Minas Gerais, ver Dulci (1999); sobre o populismo, ver Ferreira (2001).

paço apresentar particularidades e organizações específicas dos movimentos sociais existentes no período, pois isto demandaria um esforço que não é possível de ser realizado neste ensaio; queremos, sim, refletir de forma genérica sobre a movimentação social como protagonismo político de grupos em direção à promoção de rupturas com o desenvolvimento histórico subalterno desse território.

Alguns apontamentos sobre a formação social da região do Mucuri

Existiu no Vale do Mucuri, a partir da década de 1980, uma forte movimentação social protagonizada por movimentos sociais ligados aos trabalhadores urbanos e rurais extremamente politizados que ecoa até os dias de hoje. Por isso, a compreensão dos nexos históricos desses movimentos sociais com a formação histórica e econômica regional torna-se importante para situarmos tal movimentação à realidade concreta e dialética. Ademais, parece-nos extremamente instigante que uma região marcada por profundas desigualdades sociais, e com uma população tão marcada pela imposição de pobreza material que se contrapõe à grande riqueza natural e econômica regional, possa ser o chão de tão forte e profícua movimentação social oriunda dos "despossuídos" e "largados" pelo Estado.

Assim, a nossa opção por refletir sobre os movimentos sociais na região do Vale do Mucuri passa pelo entendimento sobre a construção desse lugar, ou, poderíamos dizer, sua colonização, que tem origens em um tipo de liberalismo gestado

nos anos Oitocentos do Brasil imperial. Essa consideração é relevante porque será o pano de fundo para problemáticas sociais que marcarão toda a sua trajetória histórica e a relação que o poder público estabelecerá com essa sociedade. Além disso, é a partir do aprofundamento deste quadro mais largo que os movimentos sociais se inscrevem.

Nessa direção, devemos problematizar sumariamente a formação social e o processo de colonização ocorrido no Mucuri, pois tal processo confluiu para esse território interesses econômicos e comerciais ligados à elite política, mas, por outro lado, trouxe à região uma legião de colonos europeus, homens e mulheres africanos escravizados, brasileiros e mestiços de outras regiões, além da população indígena que era a "dona" da terra e já se encontrava nesse território – posteriormente, barbaramente violentada. Portanto, será esse caldo cultural histórico que fornecerá as determinações para compreensão do significado da movimentação social ocorrida no final do século XX.

A região que hoje conhecemos como Vale do Mucuri, situada no nordeste de Minas Gerais³ – conforme divisão geográfica proposta pelo IBGE, que divide o Brasil em Macro e Microrregiões –, congrega 23 municípios⁴ e faz parte da Macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri⁵, ou apenas *Vale do Jequitinhonha e Mucuri*, totalizando 66 municípios⁶. Vive nesse território, segundo o IBGE (2024), aproximadamente 1 milhão de pessoas, o que representa praticamente 5% da população de todo o estado mineiro.

³ Minas Gerais possui 853 municípios espalhados em 10 Macrorregiões: Alto Paranaíba, Central, Centro Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo (Fonte: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf).

⁴ O Vale do Mucuri é formado pelos municípios das Microrregiões de Nanuque e Teófilo Otoni: Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Maxacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba, Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni (Fonte: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf).

⁵ As Microrregiões que compõem a Macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri são: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Nanuque, Pedra Azul, Teófilo Otoni (Fonte: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf).

⁶ Os municípios que compõem a Macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri são: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa, Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha, Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Maxacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba, Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina, Pedra Azul, Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni (Fonte: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf).

Essa contextualização geográfica mais abrangente nos mostra que estamos tratando de uma região marcada por desenvolvimento social muito desigual e abaixo de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil, recorrentemente tratada como *vale da miséria, vale da pobreza, região problema*, etc. Devemos lembrar, ainda, que o desenvolvimento de toda essa região se articula com a formação histórica brasileira de caráter extremamente exógeno e dependente⁷.

Apenas para ilustrarmos o contexto de desigualdade e vulnerabilidade social da região, podemos destacar que nenhum dos municípios da Macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri possui um IDH superior a 0,8. O que temos é um quadro em que a média do IDH da região é de 0,644, com uma variação que vai de 0,542 em Setubinha, que possui o pior índice de toda região, a 0,731 em Teófilo Otoni, que possui o melhor IDH regional (IBGE, 2024). Se analisarmos apenas os municípios da região do Mucuri, a média reduz para 0,631 (IBGE, 2024). A análise do IDH classifica esse território como uma região de baixo e médio desenvolvimento humano, possuindo alguns bolsões extremamente vulnerabilizados, principalmente pela pobreza, e outros, com uma qualidade de vida um pouco melhor.

Todavia, mesmo nesse contexto de profunda desigualdade social, não podemos deixar de lembrar que a região também é marcada por uma rica tradição cultural extremamente original e vinculada ao cotidiano popular⁸. Tal observação é importante para deslocarmos o eixo das análises regionais tendencialmente vinculado às carências e articular nossas reflexões também para potencialidades e possibilidades regionais.

É certo que o desenvolvimento histórico de toda essa região não foi homogêneo, pois ocorreu sob diferentes circunstâncias e em distintos períodos históricos, a partir de particularismos locais, movido por interesses de grupos políticos

distintos e até rivais. Podemos dizer, então, que o tipo de desenvolvimento ocorrido no Jequitinhonha, onde existem cidades como Diamantina, Serro e Minas Novas com forte importância no cenário cultural e político estadual e até nacional a partir do século XVI, é mais antigo e foi diferente daquele ocorrido no Mucuri. Neste lado do Vale, "povoamento e desenvolvimento" se deram de forma mais tardia e, principalmente a partir do deslocamento das populações do alto e médio Jequitinhonha e sul da Bahia (cf. Ribeiro, 1996). Contudo, um traço unifica o desenvolvimento econômico e social desse vasto território: a subalternidade política em relação ao centro do poder e um tipo de desenvolvimento profundamente predatório e adventício com baixa relação com os interesses locais.

Sabemos que a história de ocupação realizada nesses Vales⁹ foi realizada de forma verticalizada, com a utilização da força, recorrentemente um componente que representou grande dificuldade para que os grupos subalternizados e empobrecidos participassem dos processos decisórios e inserissem suas demandas na lógica do poder. Além disso, temos uma cultura política que produz ações no bojo do Estado que se aproximam de uma plutocracia regional. O resultado de todo esse processo foram a devastação das riquezas naturais e o quase extermínio dos povos tradicionais que aqui existiram, em nome do "progresso" que historicamente privilegia interesses das elites locais e nacionais.

Nesse sentido, justifica-se e torna-se extremamente relevante refletir sobre a movimentação social e o protagonismo dos movimentos sociais da região em sua cena contemporânea, tendo em vista que praticamente todas as reflexões realizadas tendem a tratar aspectos regionais a partir de uma perspectiva do pensamento dominante. É raro encontrar preocupação em compreender a movimentação social conectada a processos de

⁷ Sobre a formação histórica do Brasil a partir de uma perspectiva econômica e mais abrangente, que problematiza esse processo a partir da herança colonial, ver Holanda (1982) e Prado Júnior (1969, 2004). Para uma análise contemporânea do desenvolvimento brasileiro no contexto do capitalismo dependente, ver Fernandes (1981).

⁸ A discussão de alguns aspectos culturais do Jequitinhonha pode ser encontrada em Antunes (1986) e Souza (2000).

⁹ Sobre o processo de ocupação no Mucuri, ver Giffoni (2006). Sobre o Jequitinhonha, existe uma farta literatura que trata da região sob diferentes aspectos; podemos indicar Amorim (2000), Botelho (1999), Cerqueira e Silva (2002), Moscovitch (2000) e Souza (2000).

lutas da população desprivilegiada dos espaços do poder e suas diversas dimensões sociológicas¹⁰. O nosso interesse aqui, ao contrário, parte de uma inquietação em compreender a organização política posta nos movimentos sociais, articulada com os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais e os desdobramentos políticos desse complexo processo, bem como suas conexões com o Estado.

Realizar um debate sobre a movimentação social que se articula com uma larga tradição cultural e política, historicamente esquecida e desprivilegiada dos círculos do poder, é promover, então, um acerto de contas com essa constituição histórica, desigual e injusta contra uma parcela significativa da população que contribuiu, e continua a fazê-lo, com a construção da identidade cultural e política regional.

Devemos lembrar que a origem dessa população é extremamente matizada, ou seja, relaciona-se a um contingente de "despossuídos" de cidadania formal¹¹; por isso, a problematização sobre o significado da movimentação social contemporânea popular deve ser realizada a partir da articulação com o processo de formação histórica regional.

O Vale do Mucuri de hoje, até meados do século XIX, foi uma densa floresta de terra fértil, povoada pelos indígenas denominados "Botocudos"¹², tornando-se um obstáculo intransponível naquele momento, para que as regiões do Serro,

Minas Novas e suas imediações tivessem acesso ao oceano por essas terras. Por isso, quando as forças políticas lideradas pelo republicano Theophilo Ottoni¹³ lançaram-se ao desconhecido Mucuri, fizeram-no com o propósito firme de rasgar a região ao meio com uma via de acesso até as possibilidades de comércio existentes no litoral.

As ideias liberais de desenvolvimento e progresso, particularmente oriundas do ideal revolucionário francês¹⁴, eram o combustível para a realização dessa árdua labuta, e não, como poderiam pensar os mais desavisados e politicamente ingênuos, uma preocupação com o desenvolvimento local e a emancipação regional autônoma.

Conforme refere Chagas (1978, p. 176), de forma extremamente simplista, o processo de desbravamento do Mucuri no século XIX fez com que a região tivesse sido

Criada pela vontade de um homem. Filha do sonho e da aventura, do pensamento e da ação. E o dia do seu natal, em plena selva virgem do Brasil, foi um poema divino, desses que somente aos eleitos é dado escrever. Nem outro nome ocorreria ao obstinado discípulo de Jefferson. Filadélfia era o berço da liberdade americana. Evocava a democracia, na sua antiga pureza. Recordava a antemanhã da revolução, definindo os Direitos do Homem, proclamando a primeira república da América.

Fica evidente que as intenções de Ottoni quando organizou sua bandeira vinculavam-se a um projeto de desenvolvimento que passava

¹⁰ A "formação" do Vale do Mucuri nos contornos que conhecemos hoje está articulada com a personalidade política de Theophilo Benedicto Ottoni, que foi o fundador oficial da cidade mais importante da região, originalmente chamada de Philadelphia, e que hoje leva o seu nome. É nessa direção que se dá grande parte das análises históricas sobre o Mucuri, que em muitos casos confunde-se com a própria vida política desse personagem, beirando ao ufanismo. Por isso, queremos demarcar que este processo praticamente coloca de forma secundária os interesses dos grupos populacionais de origem mestiça e africana que passam a habitar o território, e também a população indígena que já existia na região. Formidáveis exemplos que contrariam essa tendência se encontram em Galizoni (2007) e Ribeiro (1996).

¹¹ O debate clássico sobre cidadania encontra-se na fórmula clássica de Marshall (1967), que se torna completamente funcional ao Estado moderno e sua relação com a produção material no capitalismo. Marx (2005), em "A Questão Judaica", já colocava no século XIX que uma cidadania plena é incompatível com as relações impostas pelo capitalismo. Entendemos que a negação da cidadania a uma parcela da população é a impossibilidade de esses cidadãos conseguirem reproduzir-se minimamente. Ver Carvalho (2006) para um debate sobre a construção da cidadania no Brasil.

¹² A expressão "Botocudo" é uma denominação pejorativa dos não indígenas. Esse povo são os atuais Krenaks. A utilização dessa expressão no texto ocorre para situar a presença indígena na região, a partir do conceito historiográfico. Contudo, devemos deixar claro que não expressa a natureza e a essência do ser indígena a partir de sua autorrepresentação.

¹³ A historiografia oficial atribui o processo de colonização do Mucuri, em grande medida, aos esforços do empresário e liberal Theophilo Benedicto Ottoni. Por isso, o entendimento sobre a formação sociopolítica do Mucuri passa também pelas ações políticas desenvolvidas por esse pioneiro. Entretanto, é bom lembrar que efetivamente o povoamento da região se deu a partir da abertura da mata pelos colonos vindos de outras regiões. Um minucioso estudo bibliográfico sobre esse personagem da história brasileira encontra-se em Chagas (1978).

¹⁴ Refiro-me aos princípios liberal-burgueses contidos na Revolução Francesa que influenciaram profundamente a vida política das outras regiões, como a América Latina. Uma precisa discussão sobre esse processo revolucionário ocorrido na Europa encontra-se em Hobsbawm (2002).

necessariamente por *vencer as matas do Mucuri*. Além disto, a região oferecia naquele momento possibilidades comerciais e era vista "como uma das mais férteis e saudáveis regiões do Brasil" (Chagas, 1978, p. 161). Ou seja, as principais motivações políticas e econômicas percebidas no Mucuri eram o desejo de sepultar o atraso imperial, inaugurar um novo tipo desenvolvimento e progresso através da intensificação do comércio com o litoral, formação de aglomerados urbanos, além de aproveitar a fertilidade das terras, conforme afirmava um viajante pela região em 1866:

Toda a região, desde o rio das Pedras até a cabeceira do Mucuri, forma uma das regiões agrícolas mais extensas e uniformemente férteis do Brasil, que fica ao sul do Amazonas, e não posso deixar de exprimir a minha firme crença de que, tendo a natureza tão abundantemente favorecido o Mucuri, em dias não muito distantes vê-lo-ei regurgitando de gente e construindo a principal via de comércio com o interior de Minas (Chagas, 1978, p. 162).

Foi nesse contexto que surgiu em 1853, cravada na selva brasileira, *Filadélfia* [de Teophilo Ottonil] em referência à cidade com o mesmo nome nos EUA que figurava como grande e próspero centro econômico. O declínio das atividades ligadas à mineração e o retorno à agricultura como atividade econômica central, diante da fertilidade das terras ao longo do vale, empolgavam e incentivavam o seu desenvolvimento.

O que impulsionou o surgimento da região, como "centro civilizado", foi sua posição geográfica estratégica entre a região de Minas Novas (Alto e Médio Jequitinhonha) e o oceano, mas também a necessidade de criar condições concretas que pudessem garantir com tranquilidade a travessia do nordeste de Minas para o sul da Bahia e Rio de Janeiro através da instituição de "centros urbanos". Portanto, todo esse processo de colonização e povoamento ocorreu basicamente, do ponto de vista macro, a partir de interesses estrangeiros e, internamente, pela necessidade de populações de outras regiões em buscar novas possibilidades de produção. Assim, praticamente foi desconsiderada a realidade local.

É certo que esse tipo de desenvolvimento produz marcas históricas extremamente enrai-

zadas que tendem a se aprofundar e se tornar cada vez mais acirradas, como, por exemplo, a concentração da terra, o desrespeito à cultura indígena, a produção de uma população empobrecida e excluída de direitos, a formação de uma elite política local endinheirada e tradicionalmente conservadora, um poder político que não atinge as demandas populares, etc. Essas são problemáticas que estarão presentes em todo o desenvolvimento histórico regional e serão, quando houver as condições concretas para tal a partir do último lustro do século XX, o cerne de uma forte movimentação social ligada aos grupos subalternizados, que motivará a organização política desses movimentos sociais populares.

Fica claro que a formação social ocorrida na região do Mucuri articula-se fortemente com o modelo de desenvolvimento econômico gestado para esse território no século XIX, em que seria sua principal função representar um corredor de acesso ao oceano e também um entreposto comercial no nordeste de Minas nesse caminho.

Neste sentido, duas questões são muito importantes para compreender com precisão tal processo: *a questão indígena no Vale do Mucuri e a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri*, criada e dirigida por Teophilo Ottoni. Essas questões são relevantes porque será a partir do avanço das ações dessa companhia na região do Mucuri, e da relação nada amistosa dos colonos com as diversas populações indígenas locais, que se formará uma identidade cultural e populacional nesse território.

Nesta direção, a proposta de reflexão que realizamos, de certo modo, articula-se com todo esse caldo cultural do século XIX, tendo em vista que a movimentação social do século seguinte presente na região é legatária desse processo histórico. Ou seja, desde o início da formação regional, existe uma tensão entre o projeto econômico hegemônico e as demandas populares e aborígenes que se expressam nos movimentos sociais.

A movimentação social popular no Mucuri e sua vinculação histórica com a formação social regional

Sobre a questão indígena, devemos destacar que não é uma problemática exclusiva dessa região, pois o modelo de colonização brasileira, de origem lusitana, compreendia a presença das populações indígenas como um grande entrave às suas intenções econômicas. Basta pensarmos o significado das bandeiras paulistas que foram organizadas com o objetivo claro de "caçar" indígenas para escravizá-los, e acabaram em alguma medida sendo responsáveis pelo processo inicial de interiorização colonial no Brasil e pelo "descobrimento" de ouro nas Minas Gerais, como nos mostra Prado Júnior (2004, p. 57):

É somente nos últimos anos do sec. XVII que se realizam os primeiros achados de importância. Devem-se àquelas expedições acima referidas às bandeiras paulistas que andavam devassando o interior da colônia à cata de índios destinados ao cativeiro. Lá por 1696 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto).

A postura agressiva e hostil contra as diversas populações indígenas assumida pelo Estado brasileiro marcou todo o seu processo de colonização. A institucionalização desse genocídio em favor dos interesses portugueses se deu em 1808, com a chamada "Guerra Justa"¹⁵ contra os povos indígenas, principalmente aqueles denominados "Botocudos". Esses povos habitavam as regiões leste e nordeste de Minas Gerais inteiras, tendo sido considerados *selvagens e bárbaros*; e, conforme nos mostra Chagas (1978, p. 185), também estavam presentes no Mucuri:

Estes índios com suas diversas tribos, integravam a nação dos Botocudos, poderosa e temida. Acossados pelo branco invasor, que ia estabelecendo ao longo da cordilheira central, eles se tinham concentrado na faixa de terra,

limitada a NO e NE pelo Jequitinhonha e alguns de seus afluentes, a leste pelo litoral e ao sul pelos rios Doce e Suaçui Grande. Dominavam, assim, todo o Vale do Mucuri. Os Botocudos estavam divididos em inúmeras tribos, empenhadas em perene guerra fratricida. No Urucu, no Todos os Santos, no Alto Mucuri, eram os *Giporoks, Macunis, Aranás, Ta-Monhecs, Bakuês, Porukuns, Pojichás, Nak-Nanuks*, estes multipartidos em *Potês, Potones, Krakatans*, etc. Desse entrechoque sangrento, as tribos mais fracas haviam de sair derrotadas. Os *Mucunis, Malalis, Maxacalis*, perseguidos pelos *Nak-Nanuks*, abandonaram as matas, vindo asilar-se entre os cristãos, no Alto dos Bois, para os lados de Minas Novas. Eram ferozes esses *Botocudos*. E bárbaros. Não havia neles o vislumbre de uma civilização rudimentar.

A visão eurocêntrica sobre as populações indígenas centra-se na ideia de indivíduos desalmados que representavam um grande obstáculo às intenções de apossar-se das riquezas naturais, justificando eliminação física dos primeiros habitantes dessas terras a partir de uma longa e sangrenta "guerra justa". Oliveira (1999, p. 07), ao problematizar o processo de colonização da região do Rio Doce, fronteira ao Vale do Mucuri, capta muito bem "o espírito desbravador dos colonizadores" quando apresenta a concepção da guerra:

À vontade para fazer guerra como quisessem, militares a soldo da Coroa, bandeirantes e colonizadores não desperdiçaram munição e cometeram toda a sorte de atrocidades para exterminar os primeiros habitantes do Leste de Minas Gerais [...]. As matas eram invadidas à procura dos índios e, quando se mostravam inacessíveis, ateava-se fogo ao mato para que ali morressem queimados. Foi sob esta barbárie que a região do Rio Doce começou a ser ocupada. Imigrantes recém-chegados e soldados recrutados sem nenhum critério destruíram as tribos indígenas e devastaram as florestas para se apossar das terras.

A guerra contra os "Botocudos" estendeu-se até depois da abolição da escravidão, mesmo quando a Coroa passou a utilizar o aldeamento indígena como estratégia para "civilizar"¹⁶ e con-

¹⁵ Em 13 de maio de 1808, a Coroa Portuguesa, através de Carta Régia, deflagrou guerra contra dos "Botocudos", que se tornaram verdadeiros bodes expiatórios do império. Ver Moreira (2015). É importante ressaltar que essa política indigenista promovida pelo governo imperial, que oficialmente durou até 1830, destinava-se inicialmente à região do Rio Doce, mas estendeu-se por todo o estado de Minas Gerais. Contudo, duas questões devem ser ressaltadas: 1) a historiografia brasileira mostra que a perseguição aos índios durou até fins do século XIX; 2) criou-se, a partir dessa política contra os indígenas, um pensamento ligado à selvageria e à antropofagia que contribuiu para sua marginalização institucionalizada.

¹⁶ Essa política também pode ser encontrada no Mucuri, que organizou seu "aldeamento civilizatório" em Itambacuri, que consta do

trolar os índios, uma vez que a estratégia militar não havia se mostrado eficaz como o pretendido. Todavia, esses índios continuaram resistindo com a sua cultura e armas, sofrendo ataques e uma tentativa institucionalizada de apagamento cultural e de sua existência em todo o estado de Minas Gerais.

A despeito de parte da historiografia que defende um tratamento diferenciado aos indígenas no Mucuri, recorrentemente sustentando uma atitude *humanizada*, creditando esse comportamento à figura de Theophilo Ottoni, há controvérsias. Ainda que se tenha registros sobre a benevolência de Ottoni para com os índios, não podemos deixar de destacar que houve muita violência contra essa população e um processo brutal de expropriação de suas terras.

De acordo com os relatos do próprio Theophilo Ottoni¹⁷, parece-nos que se pretendeu estabelecer com os "Botocudos" do Mucuri uma relação distinta daquela imposta pelo Império. Todavia, tais pretensões devem ser mediadas com as intenções liberais de Ottoni, que defendia liberdade aos indígenas, procurando conquistar a confiança deles e fazendo-os contribuir funcionalmente com seus projetos, mas contraditoriamente patrocinava a escravidão africana em sua companhia¹⁸.

Esse debate serve-nos para que possamos, a partir dele, refletir sobre uma grave problemática que surgirá no Vale do Mucuri no século XX, quando os indígenas finalmente foram derrotados e passaram a existir precariamente apenas em

algumas poucas localidades: a *concentração de terras*¹⁹. Esta também será uma problemática que estará presente nos movimentos sociais e é resultado da paulatina derrubada da mata e expropriação das terras indígenas, que se inicia de forma muito disforme e realizada por colonos pobres em sua grande maioria, mas resulta, após algumas décadas, em vultosa concentração de terras por uma elite local. Por isso, ao refletirmos sobre a movimentação social nessa região, deparemos-nos com complexas questões ligadas à luta pela terra, que, em muitos casos, se expressaram em conflitos entre posseiros e fazendeiros.

Assim, no século XX, teremos um quadro social em que a questão indígena e a concentração da terra, contribuindo com a situação de pobreza dos colonos brancos, mestiços e negros²⁰, serão aspectos que se aprofundarão e marcarão o contexto social de crescente miséria presente no Vale do Mucuri. Então, devemos compreender que o contexto desigual e marcado por profundas injustiças sociais na região é resultado de toda a sua formação histórica, e por isso a movimentação social que se constrói a partir desse quadro está fortemente amalgamada a tal processo.

A outra questão colocada anteriormente, que se torna relevante para compreender a colonização desse Vale, é a criação da *Companhia de Comércio e Navegação Mucuri*²¹, porque capitaneada por Theophilo Ottoni. As ações dessa companhia possibilitaram a chegada na região de uma quantidade grande de colonos vindos

mesmo ano em que foi criada Filadélfia: "Em 1853, data de fundação do aldeamento, Itambacuri fazia parte de um território que foi pouco explorado durante a ocupação da Companhia do Mucuri, tornando-se área de refúgio dos indígenas acossados pelos colonos" (Giffoni, 2006, p. 53).

¹⁷ Ver Duarte (2002).

¹⁸ Um estudo detalhado e uma apurada reflexão sobre a escravidão no Mucuri nos anos Oitocentos pode ser encontrada em Santos (2008).

¹⁹ Ribeiro (1996, p. 21) nos mostra que esse processo teve início com a derrubada da mata e a busca por fartura, estendendo-se até meados do século XX: "Fazendeiros ocupavam terras do mesmo modo que os posseiros, extraíam da mata abundância que acreditavam sem fim, usavam as mesmas técnicas e produtos dos posseiros. Moviam-se mesmo como eles, atrás de fertilidade da terra nova. O que diferenciava a fazenda da pose era usar o trabalho alheio, manter na terra um domínio mais estável, ocupar mais terras, permanecer mais constantemente neles, e garantir seu domínio frente ou contra outros interesses. A documentação legal quase não teve importância antes da segunda metade do século vinte". Podemos destacar que o resultado histórico desse processo foram a produção de uma questão agrária complexa na região do Mucuri, devido à monopolização da terra, e a produção de extrema pobreza.

²⁰ A luta da população negra também é uma questão presente na movimentação social Vale do Mucuri, tendo em vista que ainda hoje existem comunidades remanescentes de quilombos, pois a mão de obra escrava africana foi utilizada no processo de colonização da região (cf. Santos, 2008).

²¹ Essa Companhia, criada por Theophilo Ottoni em 1852, tendo sua família como principal acionista, propunha construir um acesso do norte de Minas para o oceano e incentivar o comércio na região. Inicialmente pretendia tornar navegável o Rio Mucuri, mas, diante das dificuldades naturais dessa empreitada, lança-se à construção de estradas: "A Companhia, que deverá ser de navegação, transforma-se, destarte, em uma Cia. de Estradas" (Chagas, 1978, p. 174). Nessa direção, a Companhia dirigida por Ottoni tem grande importância no processo de colonização do Mucuri. Os documentos e relatórios dessa Companhia encontram-se em Araújo (2007). A Companhia terminou suas atividades em 1861, de forma melancólica.

de diversas partes com o objetivo de povoar e colonizar esse território:

Em 1853, Ottoni dá o primeiro passo no sentido da colonização do Mucuri. Dois agrônomos alemães, Herman Scholobach e Otto Voigt, seduzidos pela fertilidade do vale do Todos os Santos, se incumbem de negociar o contrato com Scholobach & Morgenstern, de Leipzig, em virtude do qual dois mil colonos alemães deverão instalar-se em Filadélfia, no prazo de dez anos (Chagas, 1978, p. 179).

Desse modo, a colonização e o povoamento no Mucuri ocorrem a partir de forasteiros europeus, asiáticos e colonos brasileiros que vinham para essas terras em busca de riqueza ou africanos para serem escravizados. São esses povos e os "índios mansos" que aos poucos vão ocupando e reocupando o Mucuri, vão construindo a identidade cultural e política regional.

Porém, é importante termos clareza de que o estabelecimento de companhias se insere em uma lógica de privilegiamento econômico e que busca atender aos interesses economicamente hegemônicos, pois, conforme aponta Prado Júnior (2004, p. 53), "Trata-se das companhias privilegiadas, já adotadas por ingleses e holandeses em suas possessões, e que consistia em reservar a certas pessoas o direito exclusivo de realizar o comércio externo da colônia". No caso da Companhia do Mucuri, não foi diferente, pois fica evidente o incipiente caráter liberal impregnado em sua proposta, que começa a ganhar fôlego no Brasil a partir de meados do século XIX, e também sua proximidade com o Estado e com a elite econômica, pois, conforme muito bem aponta Santos (2008, p. 14),

No ano de 1847, em contrato com o governo provincial e central, obtendo diversas vantagens, é criada a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Fica explícito que o empreendedorismo da Companhia do Mucuri tem forte sustentação e privilégios do Estado, dentro de um capitalismo que tinha limites quanto ao seu liberalismo. Assim, as benesses ou retaliações ficavam a mercê das alternâncias dos gabinetes ministeriais.

Assim, a discussão aqui proposta passa pelo significado político e econômico dessa empreitada e suas consequências para a formação social,

pois o desenvolvimento da região do Mucuri, tendo uma companhia de comércio e transporte como principal aglutinadora desse processo, insere-se na lógica econômica dominante e excludente presente nos "sertões" do Brasil. É curioso observar a postura política contraditória do fundador da Companhia do Mucuri típica das elites brasileiras, pois, ainda que suas ações políticas tenham orientações republicanas em rota de colisão com os interesses do Império brasileiro, convenientemente aceita os privilégios transmitidos por esse Estado em relação à instalação de sua companhia, em um claro movimento de favorecimento de seus interesses particulares.

Certo é que o surgimento do primeiro aglomerado populacional no coração da mata, onde hoje se encontra a cidade de Teófilo Otoni, se espalha para toda a região, ocorrendo a partir de uma enormidade cultural e étnica que marcará todo o desenvolvimento histórico desse Vale. Isso fica claro quando, em 1853, inaugura-se a cidade e temos que

Filadélfia é uma babel de raças e línguas. São os colonos estrangeiros que a Cia. do Mucuri já instalou aí: Alemães, belgas, holandeses, suíços, portugueses, chineses. E são os negros. E são os botocudos. Ritmos saxões. Ritmos africanos. Ritmos indígenas. Ritmos construtores de Filadélfia. As ruas fremem de entusiasmo (Chagas, 1978, p. 200).

O significado desse mosaico societário é bem captado em uma passagem do mesmo autor, quando, analisando o cumprimento do objetivo posto inicialmente por tal Companhia, que em 1857 conseguiu terminar a construção do acesso ao oceano, pondera que "a estrada de Santa Clara a Filadélfia estava terminada. Com seus cento e setenta quilômetros, cortando a mata densa, atravessando pantanais e varando serras brutas, ela estava pronta, **muito embora a sua poeira se mostrasse úmida de sangue e suor**" (Chagas, 1978, p. 199, grifos nossos).

Deste modo, interessa-nos demarcar aqui que, quando o projeto de colonização iniciado por Theophilo Ottoni se aprofunda, percebemos que a proposta original em criar nessa região um grande centro comercial e de desenvolvimento

regional transforma-se na verdade em uma terra de desterrados, vindos de lugares diversos, que precisam lutar cotidianamente por sua sobrevivência. Esse traço marcará esta terra e estará presente nas lutas sociais desde os primórdios de sua fundação. Araújo nos apresenta um interessante quadro geral da formação social no Mucuri, que de certo modo encontra-se em todo o processo de formação social, estando presente na movimentação social até os dias de hoje:

Em seu projeto original Ottoni procurou trazer colonos que possuíssem algum capital para custear parte da passagem e outros custos no processo de adaptação à região. No entanto, com a criação da Associação Central de Colonização por parte do governo imperial, um novo modelo foi instalado. Ao colono não se exigia qualquer contrapartida, os agentes da Associação na Europa preocupavam-se apenas em atrair o maior número possível de pessoas, aí incluídos o que Ottoni chamou de proletariado urbano, além de todo tipo de aventureiro. A chegada em grande quantidade desses imigrantes nos anos de 1859 e 1860 coincide com períodos de seca e grande alta no preço dos alimentos, o que, associado às febres e doenças, provocaram a morte de diversos colonos (2007, p. 33).

Teremos, portanto, uma região que nasce dos esforços de um idealista que busca romper com o pensamento hegemônico político de seu tempo, mas contraditoriamente necessita de tal pensamento para levar adiante seus projetos econômicos. Por isso, longe do culto ao fatalismo histórico, o Vale do Mucuri surge fadado a um desenvolvimento subalterno, principalmente após 1861, quando a Companhia do Mucuri deixa de existir em decorrência de graves problemas financeiros e da negação da preciosa ajuda do Estado existente em seu nascedouro. A derrocada dessa Companhia praticamente retira da agenda política governamental a questão do desenvolvimento no Mucuri, uma vez que seu principal interlocutor nos círculos do poder [Theophilo Ottonil], que nunca viveu de forma fixa na mata do Mucuri, deixa de ter uma ligação formal com a região.

Assim, a relação construída entre o Estado e a sociedade civil local será marcada por dois movimentos que se complementam historicamente.

Do ponto de vista do Estado nacional, haverá uma negligência em relação à incorporação das demandas locais na dinâmica estatal, bastando verificar os atuais indicadores sociais regionais para percebermos que esse quadro é resultado de uma histórica omissão do Estado. Em relação ao poder local, perceberemos a formação de uma elite política que privilegia seus interesses em detrimento do não enfrentamento das problemáticas urbanas e rurais presentes nesse território, e de certo modo não permite que as camadas populares participem do poder. Esse quadro impõe sérios desafios ao conjunto dos movimentos sociais populares locais e às forças progressistas articuladas a ele, em direção a efetivar direitos e também quanto a sua importância no cenário das relações sociais.

Portanto, a proposta de criação de uma *Filadélfia brasileira* próspera e comercialmente lucrativa, como sua homônima nos EUA, povoada por auspiciosos e afortunados mercadores, não se concretiza nesses termos; integrou-se, sim, ao tipo de ocupação precária, desigual e subalterna que ocorreu no Brasil e um projeto de desenvolvimento econômico periférico e dependente. Então, temos a partir daí uma grande diversidade demográfica presente no Mucuri, significando mais do que simplesmente etnias de diferentes cores circulando em suas terras: um quadro social com complexas problemáticas sociais que estarão presentes na movimentação social e em sua relação com o Estado.

Será durante o século XX que essa formação social ganhará vulto e ocorrerá o definitivo povoamento das margens dos rios Mucuri e Todos os Santos, firmando-se o extrativismo mineral, a pecuária e a agricultura como suas principais atividades econômicas, contudo, sem perder vínculos com sua formação social construída a partir de meados do século anterior, mas, ao contrário, guardando estreita vinculação com essa herança histórica.

Toda essa contextualização histórica é importante para perceber que a formação social e o povoamento ocorrido no vale do Rio Mucuri, em que Theophilo Ottoni foi o seu principal per-

sonagem, considerado por parte historiografia como o único responsável por esse processo, concorre silenciosamente e de forma marginal à história "oficial", com o deslocamento de colonos, agregados e escravos que vinham do Alto Jequitinhonha para desbravar a mata em busca de riqueza, que, de acordo com Ribeiro (1996, p. 18), foi extremamente heterogêneo, pois "não é fácil identificar esses colonos que iam para a mata. Alguns eram pessoas de muitos bens: levavam consigo escravos, agregados e familiares, gado, animais e armas".

Contudo, esse mesmo autor identifica um perfil socioeconômico da maioria dos colonos que se aventuravam na mata à procura de riquezas e terras férteis, o que marcará a maior parte população dessa região, quando afirma que

Os colonos do Mucuri e baixo Jequitinhonha, e sua maior parte, possuíam somente machado, isqueiro e necessidade. Eram em geral jovens, filhos que sobravam numa terra familiar repartida e esgotada que empurrava a juventude para a floresta, para a abundância e aventura. Iam para a mata também os libertos do cativoiro, procurando *terras sem donos*²². Quase sempre eram estes os que saíam (Ribeiro, 1996, p. 19).

Esse movimento rasteiro e taciturno nos ajudará a compreender o verdadeiro significado cultural e político que veremos formar no Mucuri no decorrer do século XX, pois "até os anos de 1930 ainda havia bastante mata, e nela havia espaço para posses, mas já no baixo Jequitinhonha e baixo Mucuri" (Ribeiro, 1996, p. 20). Todos os movimentos sociais de origem popular que emergem nesse território terão, portanto, vínculo histórico com este quadro migratório diverso e suas consequências.

Por isso, a construção efetiva e real do Vale do Mucuri vai ser realizada ao longo das décadas do século XX, a partir dessa estrutura de poder político fundado na posse da terra e em uma cultura política autoritária, personalizada e centralizada²³. Não é incomum vermos que grande parte das lideranças políticas regionais

que surgem no Mucuri têm fortes vínculos com o poder da terra.

O resultado desse modelo é que o espaço público estatal, em grande medida, confundir-se-á com os interesses privados e particulares do grupo que controla o governo, secundarizando os interesses coletivos e verdadeiramente públicos. O éden na selva do Mucuri se transformara para a maioria dos colonos pobres e sem posses num verdadeiro *purgatório*. A panaceia ottoniana mostra a sua face mais cruel: um território marcado pela concentração de riqueza e de poder político que exclui a maioria de seus moradores do acesso à dignidade.

A movimentação social popular no Vale do Mucuri no final do século XX: impossibilidade de realizar considerações finais

É claro que a formação econômico-social no Mucuri não ocorreu livre de tensões, conflitos e disputas entre grupos sociais que ocupam lados opostos na reprodução das relações sociais. À medida que o século XX avança, traz suas transformações societárias e o privilegiamento do espaço urbano como centro da vida, aprofundam-se a contradição social, a concentração da riqueza produzida e da terra, e os grupos subalternizados vão desenvolvendo sua consciência política a partir de sua experiência cotidiana: a luta de classes se acirra.

É exatamente este o foco desta discussão: as movimentações sociais que se constituem no Vale do Mucuri e se expressam no final do século XX. É bom deixar claro que não é qualquer movimentação social, mas exatamente aquela que se vincula com esse processo de politização dos trabalhadores urbanos e rurais, a partir da colonização e do povoamento desigual ocorrido no Vale do Mucuri.

Esse recorte temporal justifica-se porque será apenas a partir de fins dos anos 1970 que explo-

²² Apesar das precisas e valiosas análises de Ribeiro (1996), devemos destacar que não concordamos que as terras do Mucuri eram sem donos, porque sobre elas habitava uma grande diversidade de povos indígenas, que ali desenvolviam sua cultura e suas tradições.

²³ Vitor Nunes Leal (1997), em seu célebre livro *Coronelismo, enxada e voto*, discute essa questão que atravessa a vida política brasileira formando um tipo de pensamento político extremamente conservador.

dirá uma forte movimentação social no Mucuri, ainda que tal efervescência política de uma forma mais geral deite raízes no longo processo histórico da região. Devemos destacar também que tal mobilização articula-se no plano nacional com o chamado "milagre econômico", responsável pela promoção de grande êxodo para os grandes centros urbanos, contribuindo para promover desagregação da estrutura de poder político que existiu no Mucuri por mais de um século baseado na posse da terra. Esses são processos que se articulam e se complementam à medida que o primeiro contribui com o avanço do segundo.

Neste sentido, conforme Ribeiro (1996, p. 33), as questões externas ao Mucuri não serão as mais determinantes para o fim de uma estrutura política baseada no compadrio e no sistema de agregamento de terras, fazendo explodir a movimentação social a partir dos anos 1980, mas o esgotamento da fartura produzida pelas terras outrora férteis, e o fim da possibilidade de novas derrubadas de matas, "[...] com o tempo, as terras novas de mata se acabaram, e aquelas que estavam em pousio foram plantadas sem folga ou transformadas em pasto. Esse esgotamento do estoque de terras a serem abertas limitou as possibilidades dos moradores continuarem se abastecendo com fartura".

A movimentação social popular e as lutas que se aprofundam no final do século XX tornam-se no contexto do Mucuri, pela primeira vez, a voz daqueles que nunca foram ouvidos e sofreram processos de tentativa de apagamento, expressando o clamor dos segmentos populacionais historicamente alijados da lógica dos serviços e das políticas estatais. Nessa direção, é urgente que reflitamos sobre a movimentação social recente ocorrida no Vale do Mucuri que não se restringe à cidade de Teófilo Otoni, contribuindo assim com o fortalecimento da organização política popular.

Por último, mas não finalmente, tendo em vista que este é um movimento dialético que se constrói e reconstrói cotidianamente, devemos nortear a concepção acerca de movimentação social que nos move nesta análise. Para isso, devemos

pensá-la a partir de uma práxis social (cf. Luckács, 1978) contraditória, que se vincula às classes sociais, à forma como se dá a produção material e reprodução ampliada das relações sociais nessa sociedade, comandada hegemonicamente pela classe dona dos meios de produção. Gohn (2003, p. 13) contribui com esse entendimento quando diz que os movimentos sociais são

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até a pressões indiretas.

Temos a pretensão, portanto, a partir deste debate, de oferecer uma contribuição na direção do fortalecimento das lutas concretas e cotidianas dos movimentos sociais populares existentes no Vale do Mucuri, de modo que possam continuar com radicalidade atuando na direção de travar batalhas rumo à efetivação de direitos de um povo penalizado por desigualdades e violências, que possui em sua história as marcas do descaso do Estado, mas também carrega muita coragem, alegria e história.

Referências

AMORIM, João Roberto D. *Oligarquias, coronelismo, caciques e populistas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

ANTUNES, Sérvulo S. Donizete. *Comunicação, cultura e movimentos sociais: a atuação do movimento de cultura popular no Vale do Jequitinhonha*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1986. Mimeo.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org.). *Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri*. Belo Horizonte: Governo de Minas, 2007.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. *O eterno reencontro entre o passado e presente: um estudo sobre as práticas culturais do Vale do Jequitinhonha*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CERQUEIRA, C. A.; SILVA, Vânia Cândida. *Principais causas de morte na Mesorregião do Jequitinhonha*. Uma abordagem descritiva e espacial. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Mimeo.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni, Ministro do Povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

DUARTE, Regina Maria. *Teófilo Otoni*. Notícias sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GIFFONI, José Marcelo Sales. *Trilhos Arrancados: História da Estrada de Ferro Bahia Minas (1878-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6YEGE4/1/tese_de_jos_marcello_salles_giffoni.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1982.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IDH das cidades de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 26 jun. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUCKÁCS, George. As bases ontológicas da atividade humana. *Temas*, São Paulo, n. 4, 1978.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1808: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015. Mimeo.

MOSCOVITCH, Sami Kopit. *Pobreza e condições de vida no Vale do Jequitinhonha: Uma abordagem regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, Wilton Rodrigues de. *Vale do Aço 2000: um século de história*. Diário do Aço: Ipatinga, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica no Brasil*. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.

SANTOS, Márcio Aschtschin. *A Filadélfia não sonhada: a escravidão no Mucuri do século XIX*. Teófilo Otoni: [s. n.], 2008.

SOUZA, João Valdir de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

Ricardo Silvestre da Silva

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Teófilo Otoni (MG), Brasil.

Endereço para correspondência

RICARDO SILVESTRE DA SILVA

ricardossmg@ufjm.edu.br

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.